

Corrupção e interferência externa

Dividir, desestabilizar ou criar dependência energética, económica ou política são formas correntes de interferência estrangeira. Algumas são legais e exploram a abertura do mercado e da democracia.

Nuno Severiano Teixeira | Público | 28 de Dezembro de 2022

Parecia um filme de acção. Numa operação ao estilo de Hollywood, seis pessoas foram detidas em Bruxelas pelas autoridades judiciais, suspeitas de corrupção, lavagem de dinheiro e participação em organização criminosa. Mas não era ficção, era mesmo a realidade: a Europa abalada pelo maior escândalo de corrupção da história da integração europeia.

Entre os detidos, estava uma vice-presidente do Parlamento Europeu (PE), o seu namorado – assessor parlamentar de um outro deputado – e um ex-deputado ao PE, agora, líder de uma organização não governamental sediada em Bruxelas. Todos acusados de terem sido subornados para influenciarem a política europeia a favor de um país do Golfo. Leia-se, o Qatar no contexto do Campeonato do Mundo de Futebol.

Se as autoridades judiciais agiram com rapidez e eficácia, as autoridades políticas não lhe quiseram ficar atrás. Perceberam o efeito devastador que o escândalo tinha sobre a credibilidade das instituições europeias e, sem esperar pelos resultados da justiça, reagiram sem hesitações: o PE votou por quase unanimidade a [demissão da vice-presidente](#); a sua família política suspendeu-a de funções, em Bruxelas; e, no seu país, [foi expulsa do partido](#). A presidente do PE disse que a Europa estava sob ataque. E tem toda a razão. Sob ataque no plano interno e sob ataque no plano internacional. Porque o que está em causa não é só a questão da corrupção; é, também, a questão da interferência externa nas nossas democracias.

Isto é, este escândalo tem um duplo significado: mostra, primeiro, a insuficiência das regras de regulação do *lobbying* no processo de decisão europeia; e mostra, depois, a vulnerabilidade das democracias face à interferência de potências estrangeiras.

É certo que o PE se regula já por um conjunto de procedimentos na sua relação com os grupos de interesses, mas está muito longe do grau de codificação, transparência e fiscalização do Congresso norte-americano. Aí, as regras são claras e, anualmente, há centenas de pessoas e instituições condenadas e punidas por violarem as regras. É por isso que tem razão a presidente do PE ao anunciar a mudança das regras de relacionamento dos deputados com a representação de interesses em Bruxelas. Mas não deviam limitar-se ao Parlamento, deviam aplicar-se a todas as instituições com intervenção no processo de decisão europeu.

Mas o Qatar é uma potência estrangeira, o que levanta uma segunda questão mais difícil e complexa: a interferência externa. A interferência de potências estrangeiras na política interna dos Estados não é uma coisa nova, mas a globalização dos mercados e dos

sistemas de informação e as redes sociais potenciam, extraordinariamente, as suas possibilidades. E as democracias como sistemas políticos abertos facilitam a exploração dessas potencialidades.

Dividir, enfraquecer e desestabilizar as sociedades ou criar dependência energética, económica ou política são formas correntes de interferência estrangeira. Umas são ilegais, como a espionagem, os ciberataques, a corrupção, como agora no PE, ou a interferência em processos eleitorais. Será que sabemos tudo sobre o "Brexit" ou a eleição de Trump?

Mas há outras legais que exploram a abertura das economias de mercado e das democracias e que, por isso, são mais subtis e quiçá mais insidiosas. Podem ir desde o financiamento de projectos infra-estruturais que visam a criação de áreas de influência geopolítica, como "a nova rota da seda" chinesa, às redes de infra-estrutura energética, como os gasodutos entre a Rússia e a Europa que criam dependência económica, susceptível de ser usada como arma política, passando pela contratação de antigos políticos por empresas estrangeiras para explorar as suas redes de conhecimento e influência. Lembram-se de [Schröder e da Gazprom](#)? Podem ir desde o financiamento de partidos, como os financiamentos de bancos russos aos partidos da extrema-direita antieuropeia, até à organização de movimentos antieuropeus. Lembram-se de [Steve Bannon a passear-se pela Europa a organizar uma internacional nacionalista](#) contra a União Europeia e contra a democracia?

Acreditem, a coisa é séria e as democracias europeias precisam de distinguir o que é a influência estrangeira legal, legítima em sociedades democráticas, do que é interferência ilegal, coerciva ou disruptiva. Mas precisam, também, de uma visão coordenada entre ambas e de uma estratégia para cada uma delas. Para identificar as ameaças e determinar as respostas políticas.

<https://publico.pt/2022/12/28/opiniao/opiniao/corruptao-interferencia-externa-20329120>